

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO
TECNOLOGIA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO**

MÁRCIA FLÁVIA DE JESUS

**Avaliação da Eficiência do Tombamento como Medida de Preservação da
Ponte Dom Bosco**

**OURO PRETO
2024**

MÁRCIA FLÁVIA DE JESUS

**Avaliação da Eficiência do Tombamento como Medida de Preservação da
Ponte Dom Bosco**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à banca examinadora do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientador: Regis Martins

**OURO PRETO
2024**

J58a Jesus, Márcia Flavia de.
Avaliação da eficiência do tombamento como medida de preservação da Ponte Dom Bosco [manuscrito] / Márcia Flavia de Jesus. – 2024.
54 f. : il.

Orientador: Régis Eduardo Martins.
Trabalho de Conclusão de Curso (tecnologia) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2024.

1. Ponte Dom Bosco. 2. Patrimônio Cultural - Proteção. 3. Cachoeira do Campo (Ouro Preto, MG). I. Martins, Régis Eduardo. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto. III. Título.

CDU: 719

Catálogo: Kelly Cristiane Santos Morais - CRB-6/3217

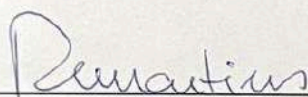
Márcia Flávia de Jesus

AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO TOMBAMENTO COMO MEDIDA DE
PRESERVAÇÃO DA PONTE DOM BOSCO

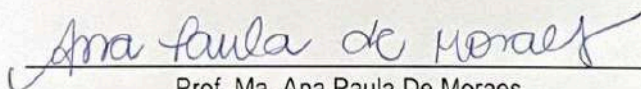
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a obtenção
do título de Tecnólogo em Conservação e
Restauro de Bens Imóveis pelo Instituto
Federal de Minas Gerais - Campus Ouro
Preto.

Orientador: Prof. Dr. Régis Eduardo Martins.

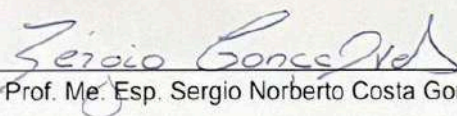
Aprovado em: 03/10/2024



Prof. Dr. Régis Eduardo Martins - orientador



Prof. Ma. Ana Paula De Moraes



Prof. Me. Esp. Sergio Norberto Costa Gonçalves

A minha querida Cachoeira do Campo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Localização da Ponte Dom Bosco.....	9
Figura 2- Praça da Matriz, sd.....	6
Figura 3- Vista geral do terreno do Colégio Dom Bosco: ao fundo, prédio que serviu de instalação para o quartel,1972.....	7
Figura 4 - Vista da praça da Matriz atualmente.....	9
Figura 5 - Placa comemorativa do início da construção do Quartel Dos Dragões Fixada nas paredes do Edifício do Colégio Dom Bosco.....	10
Figura 6 - Pintura do antigo Quartel dos Dragões,1895.....	11
Figura 7- Alunos de música da escolas Dom Bosco 1930-1940.....	12
Figura 8 - Fachada do Colégio como permaneceu após a saída dos Salesianos.....	14
Figura 9: Ilustração da construção de um arco.....	15
Figura 10 - Inauguração da Ponte Dom Bosco.....	16
Figura 11 - Ponte Dom Bosco Atualmente.....	16
Figura 12 - Ponte do Palácio.....	20
Figura 13: Vista da Ponte de Antônio dias.....	21
Figura 14: Ponte dos Contos.....	22
Figura 15 - Ponte do Centro.....	22
Figura 16: Principais danos observados em julho de 2023.....	24
Figura 17: Principais danos observados em dezembro de 2023.....	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1-CONTEXTO HISTÓRICO.....	6
1.2 Breve histórico de Cachoeira do Campo.....	6
2 HISTÓRICO DA PONTE DOM BOSCO.....	9
2.2.1 - Quartel da Cavalaria.....	9
2.2.3 O Colégio.....	12
2.3 A Ponte Dom Bosco.....	14
3 - O PAPEL DO TOMBAMENTO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	16
4 - A REALIDADE DAS PONTES TOMBADAS EM OURO PRETO E CACHOEIRA DO CAMPO.....	18
5- O TOMBAMENTO INEFICAZ E A FALTA DE CONSERVAÇÃO DA PONTE DOM BOSCO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS.....	27

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise crítica da eficácia do tombamento da Ponte Dom Bosco como estratégia de preservação patrimonial. Situada nas proximidades da estrada do Cumbé, em Cachoeira do Campo, a ponte faz parte do conjunto arquitetônico do Colégio Dom Bosco e foi construída para atravessar o Rio Maracujá. Apesar de seu valor histórico, a estrutura encontra-se em avançado estado de deterioração, consequência da falta de manutenção e do abandono. Embora tenha sido tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) em 2014, seu estado continua a degradar-se, levantando dúvidas sobre a eficácia das políticas de preservação implementadas. O estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica e em observações de campo para avaliar a gravidade dos danos e a efetividade das medidas de proteção adotadas. A pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais profunda da situação atual da ponte e das políticas de conservação patrimonial.

Palavras-chave: Ponte Dom Bosco. Tombamento. Preservação. Cachoeira do Campo.

ABSTRACT

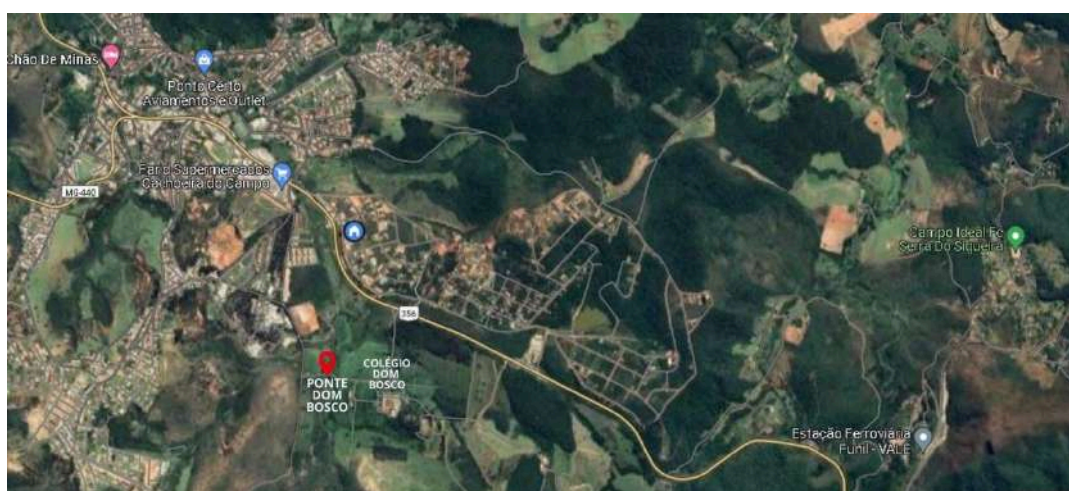
This study conducts a critical analysis of the effectiveness of the heritage listing of the Dom Bosco Bridge as a preservation strategy. Located near the Cumbé road, in Cachoeira do Campo, the bridge is part of the architectural ensemble of the Dom Bosco School and was built to span the Maracujá River. Despite its historical value, the structure is in an advanced state of deterioration, a consequence of lack of maintenance and prolonged neglect. Although it was listed by the Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais (IEPHA-MG) in 2014, its condition continues to worsen, raising doubts about the effectiveness of the preservation policies implemented. The study is based on a bibliographic review and field observations to assess the severity of the damage and the effectiveness of the protective measures adopted. The research aims to contribute to a deeper understanding of the current condition of the bridge and the heritage conservation policies.

Keywords: Dom Bosco Bridge, Heritage Listing, Preservation, Cachoeira do Campo.

INTRODUÇÃO

A Ponte Dom Bosco, localizada em Cachoeira do Campo está situada nas proximidades da estrada do Cumbé, ao lado da residência de Augusto de Lima Cerqueira, integra o conjunto arquitetônico do Colégio Dom Bosco e foi projetada para superar o Rio Maracujá, que atravessa a região.

Imagem 1: Localização da Ponte Dom Bosco



Fonte: Google maps, 2024.

Esta construção é uma importante expressão do patrimônio histórico local, refletindo tanto a arquitetura quanto a engenharia da época em que foi erguida. No entanto, a ponte enfrenta sérios problemas de degradação devido à sua exposição contínua às intempéries e ao abandono prolongado. A falta de manutenção ao longo dos anos comprometeu sua integridade e funcionalidade, levando a um estado crítico de deterioração. Em 2014, a Ponte Dom Bosco foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), o que deveria garantir sua proteção e conservação. Contudo, a ausência de intervenções preventivas e de medidas de conservação adequadas levanta questionamentos sobre a eficácia das políticas de preservação implementadas e a real proteção proporcionada pelo tombamento.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica da eficácia do tombamento como estratégia de preservação da Ponte Dom Bosco. A pesquisa examinará os métodos e processos associados ao tombamento,

avaliando seu impacto na conservação da ponte. Para atingir esses objetivos, o trabalho será estruturado da seguinte maneira: Capítulo 1: Levantamento e análise bibliográfica sobre o distrito de Cachoeira do Campo, abordando seus aspectos históricos. Capítulo 2: Exploração do contexto histórico do Colégio Dom Bosco e seus usos, culminando na história da Ponte Dom Bosco. Capítulo 3: Discussão das questões relacionadas ao tombamento e sua importância para a preservação do patrimônio. Capítulo 4: Comparação entre as pontes tombadas de Cachoeira do Campo e Ouro Preto, visando avaliar a efetividade do tombamento. Capítulo 5: Avaliação da eficiência do tombamento na Ponte Dom Bosco, com foco em seu estado de abandono e nas implicações da privatização.

A pesquisa se fundamentará em uma variedade de fontes, incluindo textos acadêmicos, artigos de jornais, TCCs e teses, obtidas em bibliotecas físicas e plataformas virtuais. Essas referências fornecerão uma base sólida para a análise crítica da situação atual da ponte e das políticas de preservação. Além disso, serão realizadas visitas de campo para observar diretamente o estado de conservação do entorno e identificar a gravidade dos danos, complementando a análise teórica com observações práticas. Assim, esta pesquisa contribuirá para uma compreensão mais aprofundada da condição da Ponte Dom Bosco e da eficácia das medidas de preservação adotadas.

1-CONTEXTO HISTÓRICO

1.2 Breve histórico de Cachoeira do Campo

Após o declínio da mineração em Ouro Preto, muitos habitantes viram-se confrontados com a necessidade de encontrar meios alternativos de subsistência. Diante desse cenário, iniciou-se um movimento de exploração em busca de novas terras e oportunidades.

Cachoeira do Campo emerge como um local que acolheu uma parcela significativa da população durante esse período. A narrativa histórica remonta à expedição liderada por Fernão Dias Paes nos anos de 1674 e 1675, cujo objetivo era a busca por esmeraldas e outras riquezas. Ao percorrer a região conhecida como "campos", a expedição abriu uma trilha que se tornou um atalho para aventureiros em busca de ouro.

De acordo com a Monografia da Freguesia de Cachoeira do Campo, elaborada pelo Pe. Afonso de Lemos, o povoado foi estabelecido por volta de 1700, após o declínio das atividades de mineração que levou a uma transformação na dinâmica econômica, culminando na fundação do povoado. Ao longo do tempo, o povoado foi designado por diversas denominações. A primeira delas foi "Cachoeira de Manoel de Mello", possivelmente em referência ao seu primeiro habitante, conforme registros encontrados nos livros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, datados de 1680 (BOHRER 2011, p. 43). Mais tarde, também ficou conhecida como "Nossa Senhora de Nazareth dos Campos de Minas", e segundo o autor, o local recebeu o nome de "Cachoeira do Campo", conforme mencionado no livro do Pe. Afonso de Lemos em 1908.

O primitivo nome da paróquia era - Nossa Senhora de Nazareth dos Campos De Minas a que se acrescentou depois o de Cachoeira, derivado sem dúvida da bela cascata que há no ribeirão pouco acima do arraial e nos extremos das terras do antigo quartel, pertencentes hoje ao colégio salesiano -Dom Bosco (LEMOS ,1908, p.79).

Cachoeira desfrutava de um solo fértil e um clima propício para atividades de agricultura e pecuária, ao contrário de Ouro Preto, devido a sua topografia acidentada e clima seco. Esse cenário a transformou em um dos principais centros de produção, atraindo a atenção de comerciantes e proprietários de terras. Que

ergueram em Cachoeira do Campo casarões e templos religiosos como a fascinante Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (figura 1).

Figura 2- Praça da Matriz, sd.



Fonte:<http://amiccachoeira.blogspot.com/2009/>

A Guerra dos Emboabas sucedeu em 1708 e segundo Vasconcelos (1999), desenrolou-se na região de Cachoeira do Campo. Esse evento histórico constituiu um confronto entre os colonos paulistas, que se autodenominavam descobridores das reservas auríferas, e os emboabas¹, grupo que divergia dessa pretensão. Após três intensos dias de combates, os emboabas emergiram vitoriosos sob a liderança de Manuel Nunes Viana, que foi proclamado o primeiro governante de Minas.

Há discordâncias entre os pesquisadores a respeito da localização precisa do confronto. Algumas fontes alegam que o evento ocorreu no local onde agora se encontra a atual Matriz de Nossa Senhora de Nazaré. Neste ano, a matriz ainda estava em processo de construção. Por outro lado, o autor Júnior (1978) sustenta que o embate ocorreu na Capela Bom Despacho, com o argumento que a capela servia de matriz até que então edificada a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

Em 1720, se inicia a instalação das casas de fundição com propósito da cobrança do “quinto” que gerou grande insatisfação daqueles que encontravam-se

¹ Do tupi, ‘galinhas calçadas’, referência pejorativas pelos portugueses usarem calças e botas, pois era um hábito incomum entre os paulistas. (BOHRER, et al. 2011, p.45).

subordinados, e em pouco tempo se espalhou em manifestações pelos arraiais. Estes que estavam sendo liderados por Felipe dos Santos, segundo Bohrer (2011) o ponto mais alto do combate acontece na Praça da matriz, onde Felipe dos Santos foi preso e levado para Vila Rica, para ser punido na presença do Governador.

Após esse acontecimento, surgiu a sugestão ao rei de Portugal de separar as Capitanias, o que resultou na criação de Minas Gerais e São Paulo. Nesse contexto, também foi proposta a construção de um Palácio de Campo, visando proporcionar maior conforto e segurança aos governadores.

Outra construção importante nesse contexto é o Quartel da Cavalaria, cuja construção, de acordo com Bohrer (2011), teve início em 1779 por iniciativa de Dom Antônio de Noronha. Esse quartel tinha como propósito abrigar o recém-formado Regimento Regular da Cavalaria de Minas (figura 2).

Figura 3- Vista geral do terreno do Colégio Dom Bosco: ao fundo, prédio que serviu de instalação para o quartel, 1972.



Fonte:Arquivo Público Mineiro.

Durante o século XIX Alguns viajantes passaram por Cachoeira do Campo sendo Auguste de Saint-Hilaire em 1818 e Dr.Johann Emanuel Pohl 1819 e fizeram observações valiosas sobre a paisagem e o clima encontrado, de acordo com Saint-Hilaire (1833 p.89) “Cachoeira deve,sem dúvida,sua fundação aos moradores,

pois nos arredores veem-se escavações profundas que tiveram por objetivo a extração de ouro”.Hilaire nota as "escavações", que inicialmente atribui à extração de ouro, mas que na verdade são voçorocas, formações erosivas naturais originadas por fatores ambientais, como o desmatamento e o cultivo em larga escala. Essas voçorocas são visíveis em diversas partes do território e são resultado das interações entre o solo e o ambiente circundante.

Pohl, que realizou sua viagem um ano depois, em 1819, fez observações mais detalhadas sobre o clima.Segundo o viajante “O sol queimava impiedosamente e,embora o termômetro registrasse apenas 24+ a sobra. O calor era quase intolerável... o calor deve ser muito forte naquela região”. (POHL,1976, p.427-429).As informações de Pohl são altamente relevantes quando se trata das características climáticas da região, especialmente devido à intensidade do calor predominante durante a maior parte do ano.

Trinta e três anos depois Cachoeira é visitada por Burmeister ,que registra observações a respeito do aspecto físico encontrado,“o terreno era tão íngreme que foi necessário calçar a estrada com pedras,na parte onde assenta a vila,a fim de evitar que as águas das enxurradas levassem a terra toda”.(BURMEISTER,1980,p.293). As inundações recorrentes causadas pelo rio Maracujá que se encontra na parte central de Cachoeira eram uma preocupação para os moradores, sendo um desafio enfrentado até a atualidade, devido ao número de pontes muito próximas umas das outras, fazendo com que a parte mais baixa fique alagada quando o volume de chuvas é maior que o esperado.

Atualmente, Cachoeira do Campo continua preservando parte das suas características arquitetônicas, como os casarões, as igrejas (figura 3) e capelas, além de continuar organizando as festas tradicionais.

Figura 4 - Vista da praça da Matriz atualmente.



Fonte: Marcia Flavia, 2023.

2 HISTÓRICO DA PONTE DOM BOSCO

O contexto histórico da Ponte Dom Bosco está diretamente ligado ao Colégio Dom Bosco e aos seus diversos usos ao longo de sua jornada. Ao longo de várias décadas, o Colégio desempenhou múltiplas funções, assumindo usos notavelmente diversos que, por sua vez, influenciaram significativamente as sucessivas adaptações pelas quais a edificação passou. Essas mudanças não se limitaram apenas ao propósito original da instituição, mas transcenderam para alterações substanciais na sua configuração física.

A história do Colégio Dom Bosco é marcada por uma série de metamorfoses funcionais e ajustes ao longo do tempo, moldando sua identidade de acordo com as demandas emergentes. Essas transformações, que se estenderam por um longo período, eventualmente levaram o colégio a um estado de abandono, desprovido de qualquer perspectiva clara de utilização futura.

2.1 - Quartel da Cavalaria

O Quartel da Cavalaria, cuja construção foi registrada em 1779 (figura 4) sob a supervisão de Dom Antônio de Noronha, (BOHRER, 2011). A razão primordial para a sua criação foi abrigar a unidade da cavalaria que havia sido recém-formada.

Conforme dados apresentados por Gomes (2019), os Dragões d'el Rey, originários de Portugal, já haviam chegado a Ouro Preto em 1719, totalizando 60 homens. Essa unidade militar desempenhou um papel crucial na região. A decisão de estabelecer os militares em Cachoeira do Campo estava diretamente relacionada à imperativa necessidade de garantir a proteção tanto das pessoas que ali viviam quanto do território em si. Nesse contexto, o Quartel da Cavalaria tornou-se um ponto central para a segurança, formação de novos militares e sucesso nas batalhas. O livro *Monographia da freguesia de Cachoeira do Campo* é possível ver anotações importantes a respeito da formação do Quartel. Segundo Lemos (1908):

O novo situado em uma graciosa colina, a dois quilômetros do arraial da Cachoeira, foi mandado construir em 1779 pelo governador Dom Antônio de Noronha, que da metrópole trouxera especiais instruções para a disciplina e reorganização das tropas reais da Capitania [...] O quartel foi erguido como um ponto estratégico, como base de operações, onde congregados fortes contingentes, com facilidade e rapidez, poderiam cair sobre qualquer ponto onde a tranqüilidade pública se visse ameaçada, ficando também os soldados completamente segregados e abrigados de qualquer pernicioso influência a que em seus ânimos quisesse insuflar algum caudilho ou chefe de revoltas. E com efeito colocado na base da Serra dos Morais, que prolonga-se e quase encadeia-se à de Ouro Preto com a pequena interceptação do Rio Tabulões [Taboões], o quartel da Cachoeira é na verdade um ponto estratégico por excelência, principalmente para a defesa da antiga Capital [...] O edifício do quartel formava um vasto quadrilátero de grossas paredes de pedra e cal [...] (LEMOS, 1908, p.103).

Figura 5 - Placa comemorativa do início da construção do Quartel Dos Dragões Fixada nas paredes do Edifício do Colégio Dom Bosco



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1972.

Em 1819, uma carta régia assinada por Dom João VI determinou a criação de uma Coudelaria Real, Bohrer (2011) cuja principal função era receber os cavalos enviados do Reino para o Brasil. Neste local, várias raças de cavalos eram reproduzidas, aprimoradas e treinadas para fins militares, resultando na formação dos Dragões (figura 5) tropas encarregadas de ser uma cavalaria de guarda, com a responsabilidade de proteger as pessoas e o território. Contudo, grande parte das terras permanecia ociosa, uma vez que a Coudelaria utilizava apenas uma fração delas.

Como registrou o IEPHA (2011), Dom Pedro II realizou uma viagem a Cachoeira do Campo e determinou que as terras tivessem um uso mais social, dadas as dificuldades econômicas enfrentadas pela região. Em 1889 foi inaugurada a Colônia Agrícola denominada Cesário Alvim, que veio a formar os primeiros engenheiros agrônomos de Minas. Essa iniciativa da Colônia Agrícola inspirou o próximo destino dessas terras, que, sete anos mais tarde, se transformaram no Colégio Dom Bosco.

Figura 6 - Pintura do antigo Quartel dos Dragões, 1895.



Fonte:IPHAN.

2.2 O Colégio

Os Salesianos deram início à sua obra educacional em Cachoeira do Campo em 24 de maio de 1896, (Bohrer ,2011). Entretanto, essa iniciativa foi precedida por um evento trágico envolvendo a chegada dos Salesianos ao local e a inauguração da instituição aconteceu somente após superar esse trauma.

A intenção dos Salesianos era estabelecer uma escola agrícola, aproveitando a extensão de terras disponíveis na região, mantendo-se fiel aos princípios da educação Salesiana, foi então criado:

[...]um Collegio com a denominação de - ESCOLAS DOM BOSCO - com o fim de dar aos meninos juntamente com a educação moral e religiosa, uma instrução proporcionada a sua condição, e formar-os assim virtuosos cidadãos e bons operários.(CARVALHO NETO,2013,p.352)

Segundo Carvalho Neto (2013) ,a escola agrícola tinha como foco a educação de meninos, seguindo um modelo que já estava em prática em outros lugares. Ela oferecia instalações para estudos de níveis primário e secundário, bem como promovia o desenvolvimento das artes, com destaque para a música, que exercia forte influência na instituição (figura 6).

Figura 7- Alunos de música da escolas Dom Bosco 1930-1940.



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Para participar de todas essas atividades, era cobrada uma taxa. No entanto, também eram aceitos meninos em situação de carência, cujas despesas seriam custeadas por meio da caridade pública. Nas palavras de Carvalho Neto (2013, p.

352) “O número de lugares gratuitos seria proporcionado de acordo com os recursos fornecidos pela caridade pública e pela Providência Divina”. Isso garante a oportunidade de uma educação de qualidade e experiências enriquecedoras para muitos meninos de famílias desfavorecidas. No entanto, todos os alunos deveriam cumprir determinados critérios, que são mencionados a seguir, para frequentar a escola:

1 O aluno para ser admitido deve ter mais de 8 anos, ou menos de 14. Os que desejarem aprender uma arte, deverão ter mais de 10 anos.

2 Todos devem apresentar certidão de batismo e de vacinação. Não serão admitidos os que sofram moléstias contagiosas ou repugnantes.

3 A mensalidade dos alunos é de 35\$000 [há uma correção em cima dos dois primeiros números, passando para “40”], além de uma joia, no dia da entrada, de 25\$000. Todas as despesas dos alunos, em livros, calçados, roupa, médico e remédios, correrão por conta das famílias ou tutores. Os que desejarem fazer a lavagem da roupa no Colégio, pagarão 8\$000 por mês.

4 O pagamento deve ser feito por trimestres adiantados. O atraso considerável no pagamento da mensalidade e o descuido em prover do necessário ao aluno, ou outros graves inconvenientes por parte dos encarregados, ser, o motivos suficientes para se lhes remeter o menino. O mez começado considera-se vencido.

5 Os alunos que não tiverem seus pais em Ouro-Preto ou em Cachoeira, deverão ter um correspondente encarregado, ao qual possam dirigir-se em casos de moléstias ou outras necessidades.

6 O aluno, deve trazer o enxoval seguinte....(CARVALHO NETO,2013. p,352).

E assim, as instalações se perpetuaram conforme registrado por IEPHA (2014) “A instituição perdurou por cerca de um século e seu uso mais recente é como alojamento de funcionários de uma empresa privada.” E atualmente, em 2023, a prefeitura de Ouro Preto fechou um contrato com a empresa Vila Galé para transformar o Colégio Dom Bosco (figura 7) em um hotel internacional. Essa decisão causou um impasse na comunidade que aguardou ansiosa para saber o destino do edifício . Porém a população permanece dividida em relação à decisão, com esperança de que a restauração e preservação cuidadosa sejam realizadas para manter viva a história do edifício, que marcou a vida de muitas pessoas ao longo dos anos.

Figura 8 - Fachada do Colégio como permaneceu após a saída dos Salesianos



Fonte: IEPHA, 2014.

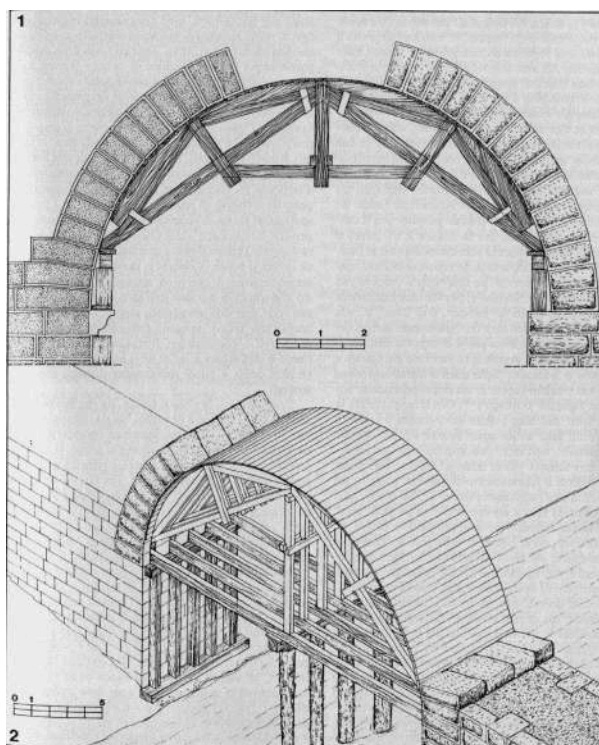
2.3 A Ponte Dom Bosco

A Ponte Dom Bosco faz parte do conjunto arquitetônico do Colégio Dom Bosco, sendo tombada pelo IEPHA em 2014, juntamente com todo o complexo. A ponte foi projetada para superar o obstáculo natural representado pelo Rio Maracujá, que atravessa a propriedade do colégio. Estrategicamente localizada nas proximidades da antiga residência de Augusto de Lima Junior², seu acesso se dá pela estrada do Cumbe, conferindo um ar extremamente bucólico à região.

A Ponte Dom Bosco, construída durante o século XX, apresenta uma estrutura notável composta por dois arcos plenos construídos sobre um sólido bloco de pedra central. Este pilar central, feito de pedras que também constituem parte do leito do rio, desempenha um papel essencial na estabilidade da ponte, ajudando a reduzir a pressão das águas sobre a estrutura. A robustez da ponte é garantida pela técnica utilizada na construção dos arcos (figura 9), que são formados por tijolos de barro unidos por uma argamassa de cal e areia, resultando em uma aparência simétrica e esteticamente similar a blocos de pedra. Esse método construtivo reflete práticas amplamente difundidas em várias regiões do mundo, demonstrando a eficácia e durabilidade desses materiais e técnicas na construção de pontes.

² Augusto de Lima Júnior foi escritor e colaborador das instalações Dom Bosco em Cachoeira do Campo.

Figura 9: Ilustração da construção de um arco.



Fonte: GALLIAZZO, s.data.

Além dos dois arcos plenos, a ponte apresenta uma circunferência horizontal posicionada atrás dos arcos, cuja função exata ainda não é claramente compreendida, mas que parece atuar como uma espécie de vertedouro. Outro elemento importante da estrutura é o guarda-corpo, que foi cuidadosamente integrado à ponte, reforçando tanto a segurança quanto a estética. A inauguração da ponte em 1936 (figura 10), foi um momento marcante que contou com a participação de membros da Escola Dom Bosco, celebrando a conclusão de uma obra que, até hoje, se destaca pela sua solidez e engenhosidade estrutural

Ao longo dos anos em que as instalações permaneceram inativas, a ponte apresentou sinais claros de deterioração, com perda de parte da sua estrutura e danos causados por fatores químicos e físicos, resultando numa condição crítica (figura 11). De acordo com o inventário de 2007, já se constatava um quadro grave, apontando para a necessidade de uma restauração completa da estrutura.

Figura 10 - Inauguração da Ponte Dom Bosco



Fonte: Márcia Flávia, 2023.

Figura 11 - Ponte Dom Bosco Atualmente



Fonte: Márcia Flávia, 2023.

3 - O PAPEL DO TOMBAMENTO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O termo "tombamento" pode ainda causar estranheza na contemporaneidade, principalmente devido à falta de compreensão adequada do conceito. Esta ambiguidade pode gerar uma visão negativa, refletida na percepção de que o

tombamento é algo desfavorável ou restritivo. A ausência de uma explicação clara e acessível contribui para que o público geral não compreenda plenamente os objetivos e benefícios associados ao tombamento.

O tombamento é um instrumento jurídico que visa a proteção e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e ambiental. No Brasil, a instituição do tombamento remonta ao Decreto-Lei nº 25, promulgado em 30 de novembro de 1937. Este decreto foi um marco na legislação brasileira, pois introduziu oficialmente o conceito de patrimônio histórico e estabeleceu mecanismos legais para sua salvaguarda.

A criação do Decreto-Lei nº 25 foi um passo fundamental para a conservação do patrimônio nacional, reconhecendo a necessidade de proteger bens de valor histórico e cultural para as gerações futuras. A partir deste marco legislativo, o tombamento passou a ser utilizado como uma ferramenta eficaz para garantir que elementos significativos da história e cultura brasileiras sejam preservados contra a destruição ou descaracterização. O reconhecimento legal dos bens tombados assegura que eles recebam a devida atenção e cuidados, contribuindo para a manutenção.

Para que o tombamento seja feito é necessário que sejam executados estudos, para entender qual o valor histórico apresentado pelo bem, esses que podem ser com a elaboração de dossiês feitos por um profissional capacitado juntamente com a comunidade, como cita o autor Diogenes Gasparini (2004, p.653, *apud* Gasparini, 2005, p.52) "O tombamento, sendo ato administrativo, é precedido de um procedimento no qual são feitos os estudos acerca do valor histórico ou paisagístico do bem..." Sendo assim, o tombamento é formado por várias fases desde a sua idealização. Esse processo inicia-se com a identificação e reconhecimento do valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental de um bem. Após essa fase inicial, o tombamento envolve uma série de procedimentos administrativos e técnicos que culminam na oficialização da proteção do bem.

Uma vez instaurado o tombamento sobre um bem, existem diversas atitudes que devem ou não ser adotadas. Todas essas diretrizes estão detalhadamente descritas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que abrange tanto o imóvel diretamente tombado quanto os imóveis vizinhos situados no perímetro de proteção. Como descrito neste documento:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. (BRASIL,1937).

Essas restrições se aplicam tanto ao proprietário quanto aos vizinhos do bem tombado. Além disso, o perímetro definido pelas autoridades competentes visa garantir a preservação do contexto urbano e paisagístico ao redor do bem, evitando intervenções que possam comprometer sua integridade e valor. Conforme descrito no Art. 18:

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937).

Essas restrições são fundamentais para proteger o valor histórico, cultural e arquitetônico dos bens tombados. O tombamento não se limita apenas ao próprio bem, mas também ao seu entorno imediato, reconhecendo que o ambiente ao redor influencia diretamente na preservação do seu significado e na sua leitura visual e cultural. Portanto, o controle sobre construções, reformas ou mesmo publicidades nas imediações de bens tombados garante que sua integridade e visibilidade não sejam comprometidas por intervenções que possam descaracterizar o local. Essas ações devem ser rigorosamente fiscalizadas pelos órgãos de preservação do patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as entidades estaduais (IEPHA) e municipais de proteção ao patrimônio cultural.

Entretanto, não é sempre que esta fiscalização acontece com frequência e de forma eficiente, o que acaba deixando bens que já foram tombados em estados críticos de degradação, é mais fácil visualizar isso em imóveis que ficam em áreas mais afastadas, como no interior longe dos principais centros turísticos ou em áreas privadas que não estão em uso, por que além de não fiscalizados eles não estão cumprindo uma função a sociedade. Como descrito no Artigo 5 da Carta de Veneza, que diz respeito ao patrimônio ameaçado:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro desses limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (ICOMOS, 1964, p.2).

Sendo assim, quando o patrimônio tem um uso, seja ele privado ou público, isso acaba contribuindo significativamente para sua conservação. Como descrito no artigo 12^a da Carta de Burra, “a preservação se limita à proteção, à manutenção e a eventual estabilização da substância existente [...]” (ICOMOS, 1980, p.3). Este princípio sublinha a importância do cuidado contínuo e preventivo no dia a dia. Pequenas ações corriqueiras, como a troca de materiais danificados, a realização de limpezas regulares e outras manutenções cotidianas, são fundamentais para garantir a integridade e a longevidade de qualquer edificação. Além disso, o uso constante de um edifício incentiva a vigilância sobre seu estado, permitindo a identificação e a correção de problemas menores antes que se tornem questões sérias.

A questão do tombamento permeia diversas outras questões do patrimônio. Não basta apenas tomar um bem para garantir que tudo ficará em ordem. Como afirmou (GASPARINI, 2005, p. 70), “O tombamento, por sua vez, busca a preservação do patrimônio histórico, no sentido de conservação da memória nacional”. Este processo visa reconhecer oficialmente o valor cultural, histórico, ou arquitetônico de um bem, mas a efetiva preservação exige um conjunto de ações contínuas e integradas.

O tombamento é apenas o primeiro passo na proteção do patrimônio, pois envolve o reconhecimento e a documentação dos bens de valor histórico. No entanto, para que essa preservação seja eficaz, é necessário um compromisso contínuo com a manutenção, restauração e uso adequado dos bens tombados. Isso inclui a implementação de políticas públicas de conservação, o incentivo ao uso da comunidade na valorização e cuidado do patrimônio.

Além disso, o tombamento deve ser acompanhado de estratégias educativas que promovam a conscientização da população sobre a importância do patrimônio cultural. Somente com o engajamento e a colaboração de todos os setores da sociedade é possível garantir que os bens tombados sejam preservados para as gerações futuras.

4 - A REALIDADE DAS PONTES TOMBADAS EM OURO PRETO E CACHOEIRA DO CAMPO

Ouro Preto e seus distritos são repletos de pontes devido ao grande número de rios e seus afluentes. Muitas destas construções são seculares e, assim como os chafarizes, fazem parte do conjunto arquitetônico da cidade. Contudo, algumas foram tombadas ou protegidas, enquanto outras ainda permanecem sem este instrumento de proteção, por desinteresse ou por se tratarem apenas de ruínas e estarem localizadas em locais mais distantes da sede.

Dentre estas pontes, uma das primeiras construídas foi a Ponte do Palácio (figura 10), erguida no século XVIII para viabilizar o acesso ao Palácio dos Governadores em Cachoeira do Campo. Composta por três arcos plenos construídos em pedra, esta ponte permaneceu inalterada desde sua construção. Apesar de ser protegida apenas a nível municipal, tendo seu reconhecimento pela Prefeitura de Ouro Preto, ela permanece em uso constante, e apesar dos danos causados pelo uso inadequado e pela falta de conservação, continua a resistir aos desafios do tempo.

Figura 12 - Ponte do Palácio



Fonte: Márcia Flávia, 2023.

No mesmo período em que a Ponte do Palácio foi construída, Ouro Preto viu surgir diversas outras pontes com características arquitetônicas semelhantes, cada uma contribuindo para o rico panorama histórico da cidade. Um exemplo notável é a Ponte de Antônio Dias (figura 11), que foi erguida em 1755 e que se destaca por seu

estilo arquitetônico que remete às construções romanas. Esta ponte, é composta por dois arcos plenos que conferem à estrutura uma aparência imponente e ao mesmo tempo harmoniosa com o entorno natural. Conforme detalhado por Feu de Carvalho (1936) em seu estudo, mostra que a Ponte de Antônio Dias foi construída com pedra de cantaria, um material amplamente utilizado na época pela sua durabilidade e beleza. Além disso, as paredes da ponte foram erguidas com pedra e cal, técnica que assegurava a resistência necessária para suportar o peso do tráfego e as intempéries ao longo dos séculos.

O guarda-corpo da ponte é adornado por um cruzeiro de pedra itacolomy, logo abaixo desse cruzeiro, há assentos de pedra que foram estrategicamente posicionados de modo a formar uma pequena "praça". Este espaço, além de servir como local de descanso para os transeuntes, proporciona um ambiente de convivência social.

Figura 13: Vista da Ponte de Antônio dias



Fonte: wikipedia,2011.

Outra ponte similar é a Ponte dos Contos (figura 12), que também apresenta características marcantes, como os arcos e os materiais utilizados na construção. As semelhanças entre as pontes de Antônio Dias e dos Contos refletem um padrão arquitetônico consistente da época. Ambas as pontes são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como todas as outras pontes localizadas na sede de Ouro Preto, como a Ponte Seca, Ponte do Pilar e a Ponte do Rosário fazem parte do conjunto arquitetônico da cidade.

Figura 14: Ponte dos Contos



Fonte: Vitruvius, 2012.

Em Cachoeira do Campo, destaca-se a Ponte do Centro (figura 13), localizada próxima à Praça Prefeito Benedito Xavier. Construída a partir de sua estrutura original, a ponte ainda preserva elementos importantes, como um arco de tijolos de barro visível sob a estrutura. No guarda-corpo, há um cruzeiro com a inscrição da data de 1830, correspondente ao ano de sua construção. Uma placa adjacente, com a data de 1969, indica que a ponte passou por restaurações que podem ter alterado sua configuração original ao longo do tempo.

Figura 15 - Ponte do Centro



Fonte: Márcia Flávia, 2023.

Em contraste, as pontes de Ouro Preto, sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recebem cuidados regulares que

garantem um estado de conservação significativamente superior ao das pontes de Cachoeira do Campo. Essa diferença pode ser atribuída ao reconhecimento de Ouro Preto como um importante centro histórico, o que resulta em maiores investimentos e esforços de preservação. De acordo com Cancline (1990, p. 99), "o que um conjunto social considera como cultura própria sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos". Assim, a conservação desses patrimônios históricos desempenha um papel crucial na manutenção da memória cultural da região, contribuindo para a preservação das tradições e da identidade coletiva das comunidades que se identificam com esses monumentos.

5- O TOMBAMENTO E A FALTA DE CONSERVAÇÃO DA PONTE DOM BOSCO

Pontes tombadas, como a Ponte Dom Bosco, ainda necessitam de proteção adequada. Apesar de ser tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), desde 2014, a ponte carece de medidas de preservação efetivas. Conforme já mencionado, não basta apenas realizar o tombamento; é necessário implementar outras ações conjuntas para que bons resultados sejam alcançados.

No caso da Ponte Dom Bosco, percebe-se a ausência dessas ações complementares, o que poderia ter feito uma grande diferença nos danos atualmente presentes na ponte. A vegetação já está entrelaçada na estrutura da ponte, causando fissuras que comprometem a integridade da construção e tornando-a mais vulnerável a esforços adicionais. Essas trincas podem enfraquecer a ponte, especialmente em áreas críticas, como o guarda-corpo, onde já se observa perda significativa de material. Além disso, o revestimento da ponte foi praticamente todo danificado, provavelmente devido ao aumento gradual do nível da água durante as chuvas de verão. Esse desgaste acentuado expõe a estrutura a uma degradação ainda mais rápida, agravando os riscos de danos estruturais severos, como é possível observar nas fotos tiradas em julho de 2023 (figura 16), onde se teve uma melhor visualização dos danos devido ao baixo nível do Rio Maracujá.

Figura 16: Principais danos observados em julho de 2023.



Fonte: Márcia Flávia, 2023.

Os danos observados na ponte resultam de anos de negligência, durante os quais intervenções simples poderiam ter sido feitas para preservar sua estrutura. A falta de ações preventivas, como a poda regular da vegetação e a limpeza dos arcos, permitiu o acúmulo de musgos e outras plantas, acelerando o processo de

degradação. Essas medidas, embora básicas, teriam sido suficientes para impedir que a ponte chegasse ao estado atual de deterioração.

Nas fotos tiradas em dezembro de 2023 (Figura 17), é possível notar o avanço da vegetação, que costuma crescer com mais intensidade durante essa época do ano. No entanto, a ausência de manutenção regular se torna evidente, destacando ainda mais os problemas causados pela falta de cuidado.

Figura 17: Principais danos observados em dezembro de 2023.





Fonte: Marcia Flavia, 2023.

Compreende-se os motivos pelos quais os salesianos não tiveram a capacidade de manter os cuidados na estrutura. Porém de acordo com Rabello (2009), esse dever do proprietário também poderia ter sido realizado pelo poder público, com principal intuito de manter a conservação do bem. Segundo o autor:

Duas hipóteses referidas no Decreto-lei 25/37 justificam o dispêndio de recursos públicos em bens privados: a hipótese de não ter o proprietário recursos para proceder a obras (§ 1º do art. 19), e na hipótese de urgência de realizá-las (§ 3º do art. 19). Em qualquer uma delas, independentemente de autorização do proprietário, o poder público poderá executá-las às suas expensas de modo a atender à finalidade da tutela, que é a conservação do bem.(RABELLO,2009, p.120)

A situação da Ponte Dom Bosco é ainda mais crítica devido à sua localização afastada dos principais centros turísticos. Esse isolamento contribui para a falta de fiscalização e monitoramento efetivo pelos órgãos responsáveis. A ausência de visibilidade e a localização remota dificultam a implementação de medidas de preservação e a realização de intervenções preventivas. Em locais menos destacados, a fiscalização é frequentemente escassa e a manutenção é adiada até que os danos se tornem críticos, e os donos do bem, muitas das vezes veem a venda da propriedade como uma solução. Por outro lado, a privatização de uma área que antes era pública, pode acabar deixando a população restrita ao seu próprio patrimônio. Como cita o autor:

Os patrimônios podem assim exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes do permanente esforço no sentido do auto aperfeiçoamento individual e coletivo (GONÇALVES, 2005, p. 28).

Essa transformação redefine a relação da comunidade com seu patrimônio, levando a uma perda de identidade coletiva. Ao se tornar uma mercadoria, o patrimônio pode perder o seu valor intrínseco e seu significado cultural. Bens patrimoniais, que historicamente foram locais de encontro e identidade, são reconfigurados para atender a demandas de consumo. Isso gera uma desconexão entre a população e sua herança cultural, limitando o papel dos bens patrimoniais como recursos que promovem a inclusão e a coesão social.

A ausência de um planejamento de conservação adequado para bens patrimoniais é uma questão crítica que afeta a integridade e a continuidade desses ativos culturais. O tombamento, embora seja uma ferramenta legal fundamental para a proteção do patrimônio, frequentemente se revela ineficaz quando não acompanhado de ações práticas e contínuas. O simples reconhecimento de um bem como patrimônio cultural não é suficiente; é imperativo que haja um compromisso real com a manutenção, monitoramento e valorização desses bens ao longo do tempo. A falta de recursos e de um plano estruturado para a conservação resulta em uma deterioração acelerada dos bens patrimoniais. Essa deterioração não apenas compromete a integridade física dos imóveis, mas também a sua carga simbólica e histórica. O resultado é um ciclo vicioso em que a ausência de manutenção preventiva leva a intervenções corretivas que são cada vez mais complexas e custosas, muitas vezes superando em muito o que teria sido gasto em um plano de conservação adequado desde o início.

A situação da Ponte Dom Bosco exemplifica essa problemática, ressaltando a necessidade urgente de um modelo de conservação que considere não apenas a formalização do tombamento, mas também a implementação de medidas práticas que garantam a preservação efetiva do patrimônio. Para isso, é necessário o desenvolvimento de planos de conservação que incluam estratégias de manutenção regular, envolvimento da comunidade local e a alocação de recursos financeiros adequados. A participação ativa da população é essencial, pois não apenas promove um senso de pertencimento, mas também fomenta a responsabilidade coletiva pelo cuidado do patrimônio. Além disso, é crucial que as políticas de preservação sejam revisadas e adaptadas às necessidades específicas de cada bem patrimonial. Isso implica em uma abordagem holística que considere os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais esses bens estão inseridos. Um planejamento eficiente deve incluir a formação de parcerias entre instituições

públicas, organizações não governamentais e a comunidade, visando um esforço conjunto para a conservação e valorização do patrimônio.

Por fim, a eficácia do tombamento e a preservação dos bens patrimoniais dependem de um comprometimento contínuo por parte das autoridades competentes e da sociedade. Um modelo de conservação robusto e adaptativo é essencial para assegurar que os bens históricos não apenas sobrevivam, mas também continuem a ser recursos vitais para a identidade cultural e a memória coletiva das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bens culturais são a essência de um povo, preservando suas histórias e vivências para as futuras gerações. A Ponte Dom Bosco, objeto deste estudo, ilustra de forma clara a fragilidade do sistema de tombamento atual, que, ao invés de garantir a preservação, deixou essa importante estrutura em estado avançado de deterioração. Essa situação evidencia a falta de ações concretas após o tombamento e a ausência de uma abordagem integrada que combine proteção e conservação.

Em contraste, as pontes de Ouro Preto, protegidas pelo IPHAN, recebem cuidados regulares e mantêm um estado de conservação bem superior. Essa comparação ressalta a negligência em relação à Ponte Dom Bosco, que, ao longo dos anos, não recebeu as devidas intervenções de manutenção. O abandono evidente desse monumento tombado gera preocupação na comunidade de Cachoeira do Campo, que vê na ponte um símbolo de sua história e identidade. O estado de deterioração causa desconforto entre os moradores, que temem pela perda.

A privatização do imóvel, em vez de representar uma solução, revelou-se insuficiente, já que não foram implementadas medidas eficazes para a sua conservação. Isso expõe uma das principais falhas desse processo: frequentemente, patrimônios de valor histórico são negligenciados em favor de interesses comerciais que priorizam lucros imediatos. A responsabilidade de conservação acaba sendo transferida para proprietários que podem não ter interesse ou recursos para manter o bem.

Diante desse cenário, é urgente repensar as estratégias de proteção e conservação dos bens culturais, enfatizando a proposta de que a ponte se torne um espaço público. Transformá-la em uma área comum acessível a todos é fundamental, mesmo em um contexto de privatização. Essa iniciativa permitiria que a ponte se tornasse um local de convivência e um ponto turístico aberto à população, garantindo que uma parte desse patrimônio permaneça ao alcance de todos.

É imprescindível fortalecer o sistema de tombamento e integrar ações contínuas de manutenção, assegurando que o patrimônio histórico não apenas seja reconhecido, mas também preservado para as futuras gerações. A situação da

Ponte Dom Bosco deve servir como um alerta sobre a importância de proteger nossa herança cultural, garantindo que a história e a identidade de um povo permaneçam vivas e acessíveis a todos. A criação de um espaço público na ponte não apenas valoriza a cultura local, mas também reforça o compromisso com a democratização do acesso ao patrimônio.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Affonso. **Resíduos Seiscentistas em Minas: Textos do Século do Ouro e as Projeções do Mundo Barroco**. Belo Horizonte :Centros de Estudos Mineiros, 1967, vol. 1, p. 122.

BOHRER, Alex Fernandes. **Ouro Preto: Um Novo Olhar**. Scortecci Editora, 2011.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: EDUSP; Editora Itatiaia, 1980.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. In: **Revista do IPHAN**, nº 23. Rio de Janeiro, 1990.

DE CARVALHO, Feu. **Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto**. Edições Históricas, 1936.

GASPARINI, Audrey. **Tombamento e direito de construir**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005, p. 15-36.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Igreja, política e educação no Brasil republicano: a criação do colégio D. Bosco, de Cachoeira do Campo, Minas Gerais (1893-1897)**. Acta Scientiarum. Education, p. 49-55, 2013.

IEPHA (MG). **Conjunto arquitetônico, paisagístico e arqueológico das Escolas Dom Bosco – antigo Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais**. 2016. Disponível em [:https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/154/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico,-paisag%C3%ADstico-e-arqueol%C3%B3gico-das-escolas-dom-bosco-%E2%80%93-antigo-quartel-do-regimento-de-cavalaria-de-minas-gerais](https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/154/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico,-paisag%C3%ADstico-e-arqueol%C3%B3gico-das-escolas-dom-bosco-%E2%80%93-antigo-quartel-do-regimento-de-cavalaria-de-minas-gerais). Acesso em: 22 de setembro de 2024.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta de Veneza**. Veneza:ICOMOS, 1964.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta de Burra**. Burra:

JÚNIOR, Augusto de Lima. **A capitania das Minas Gerais**. Lisboa: Itatiaia, 1978.

LEMOS, Afonso de. Monografia da freguesia de Cachoeira do Campo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 1941.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas**. Ref.: 6.1.1.Arquivo da Secretaria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

PONTE DO ANTÔNIO DIAS. Prefeitura de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Turismo,s/d. Disponível em : <<https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/1034>> Acesso em : 22 de setembro de 2024.

PONTE DOS CONTOS,Prefeitura de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Turismo,s/d. Disponível em :

<<https://ouopreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/1036>> A Acesso em : 22 de setembro de 2024.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais**. 1991. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais (1703-1720)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1948.


ANEXO

208/623

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS



Ref.:6.1.1

Município	Ouro Preto
Distrito	Cachoeira do Campo
Designação	Centro Dom Bosco . Salesianos
Endereço	Rodovia dos Inconfidentes
Propriedade/situação	Centro Dom Bosco . Salesianos
Responsável	Salesianos
Situação de ocupação	Própria
Uso atual	Institucional – Centro Dom Bosco
Análise de entorno-situação e ambiência	O Centro Dom Bosco está inserido no alto de uma montanha. Seu entorno é caracterizado por vasta cobertura vegetal e de campos agrícolas, presença de voçorocas e emergente crescimento de áreas urbanas.
Documentação fotográfica	<p>Ref.: Pintura1, Col.DomBosco-1920, Colégio1928, DSC03478, DSC03479, DSC03481, DSC03483, DSC03485, Imagem 101, Imagem 089, DSC03450, DSC03448, Imagem 087, Imagem 092, Imagem 091, Imagem 090, Imagem 097, Imagem 096, Imagem 083, Imagem 080, DSC03410, Imagem 111, Imagem 016, Imagem 019, Imagem 018, Imagem 035, Imagem 040, Imagem 042, Imagem 045, Imagem 047, Imagem 061, Imagem 063, Imagem 052, Imagem 053, Imagem 056, Imagem 057, Imagem 060, Imagem 079, Imagem 088, fachadateatro, Imagem 100, Imagem 103, DSC03470, DSC03475, DSC03476, Imagem 121, Imagem 117, Imagem 124, Imagem 123, plantadb, plantadb2, Imagem 138, Imagem 141, Imagem 157, Imagem 202, Imagem 161, Imagem 162, Imagem 179, Imagem 173, Imagem 203, Imagem 204, Imagem 205, Imagem 214, jornlaugustolima</p> <p>Fonte: Alex Fernandes Bohrer, Bruno Tropa Caldas e Inaiana Barbosa Guerra.</p> <p>Data: 31/01/07</p>
	
	Vista do antigo Quartel da Cavalaria

- 6.2.3.11 _ Rua São Vicente, nº 32
- 6.2.3.12 _ Povoado Serra do Siqueira
- 6.2.3.13 _ Povoado Serra do Siqueira
- 6.2.3.14 _ Povoado Serra do Siqueira
- 6.2.3.15 _ Povoado Serra do Siqueira
- 6.2.3.16 _ Povoado Serra do Siqueira
- 6.2.3.17 _ Povoado Serra do Siqueira

6.2.4 Localidade Dom Bosco - Trino

- 6.2.4.1 _ Capela da Santíssima Trindade
- 6.2.4.2 _ Estação Ferroviária Dom Bosco
- 6.2.4.3 _ Rua Monsenhor Antônio Russo, nº 03
- 6.2.4.4 _ Rua Monsenhor Antônio Russo, nº 04
- 6.2.4.5 _ Rua Dona Minervina Simões, nº 01

209/623



Primeira turma – aula inaugural – 1896



Vista do Colégio D. Bosco – 1915



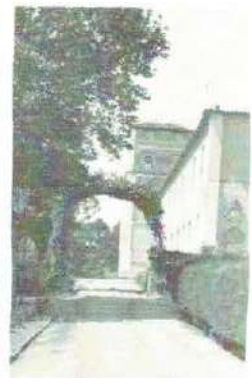
Vista do Pátio interno – 1915



Vista parcial do Colégio Dom Bosco e fonte do pátio interno – década de 1920



Colégio Dom Bosco – Ano de 1928

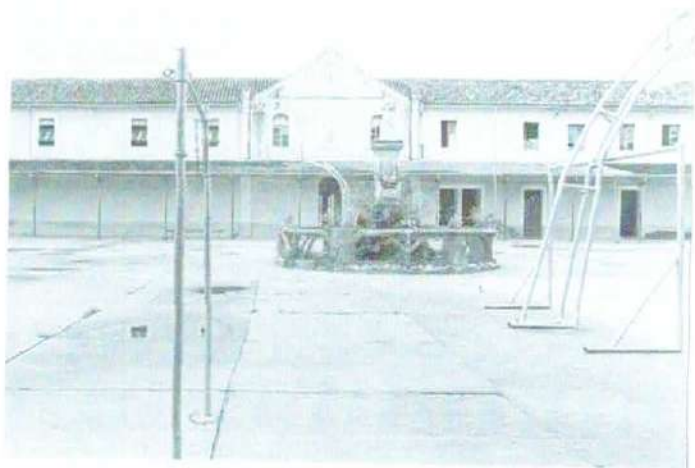


Vista da fachada posterior e lateral 1930

211/623



Exposição acadêmica – década de 1930



Vista do pátio interno – década de 1960



Vista da fachada principal do Centro Dom Bosco – Salesianos (2007)



Vista da portada principal e detalhes – Atribuição da obra a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho



Placas expostas na fachada principal



Vista externa e interna do Centro Dom Bosco



Vista de elementos arquitetônicos, estéticos, paisagísticos e científicos



Vista de elementos ornamentais e paisagísticos



Vista de elementos móveis importantes nas dependências do Centro



Vista de elementos móveis e decorativos importantes nas dependências do Centro – destaque para a primeira imagem (Cadeira D. Pedro)



Vista de elementos litúrgicos e objetos religiosos



Vista de elementos litúrgicos e objetos religiosos



Vista do grande armário da Sacristia e elementos

215/623



Capela interna – vista anterior e posterior à última reforma



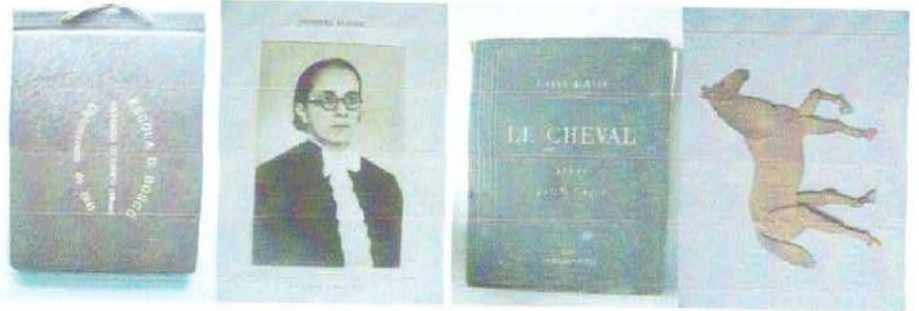
Vista da frontaria do Teatro – projeto e edificação (respectivamente) – estilo neocolonial



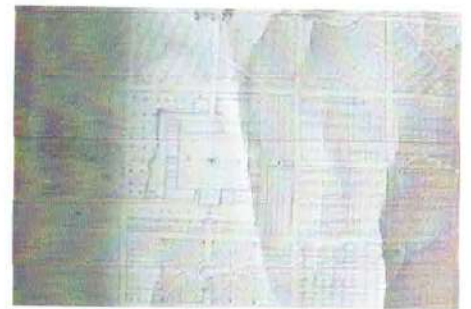
Vista do mausoléu e placa comemorativa – Ano de construção 1970



Vista das residências dos vigias e caseiro – estilo neocolonial



Vista de exemplares de documentação acadêmica



Vista da planta geral da antiga Escola D. Bosco (datado: 1918) – detalhes



Vista das dependências do Centro Dom Bosco - arredores



Vista das dependências do Centro Dom Bosco – Serraria



Vista do interior da Serraria



Vista da Ponte D. Bosco



Vista e detalhes da Ponte Dom Bosco



Casa onde morou Augusto de Lima Junior durante alguns anos em Cachoeira do Campo e fragmento de artigo em jornal escrito pelo mesmo sobre o Colégio D. Bosco

Histórico

O Colégio Dom Bosco é outro grande referencial na nossa história. Foi construído em 1779 por D. Antônio de Noronha para abrigar o recém formado Regimento Regular de Cavalaria de Minas, conforme está escrito na tarja de sua portada externa que, segundo se crê, é obra do Aleijadinho. O Quartel, como era chamado na época, foi um dos focos do movimento da Inconfidência, servindo aí, como alferes, o Tiradentes. Em 1819 uma Carta Régia de D. João VI criou a Coudelaria Real - que se tornou famosa como o maior centro criador de cavalos de raça da província, partindo dali a gênese de algumas das raças mais apreciadas no Brasil e no exterior (como o mangalarga e o campolina).

O prédio serviu para fins militares pela última vez na Revolta de 1833. Permaneceu vários anos abandonado até que se tornou sede da colônia agrícola Cesário Alvim e, em 1896, quando os salesianos vieram para Cachoeira, um estabelecimento de ensino destinado a formar agrônomos. Com o tempo tornou-se conhecido como Colégio Dom Bosco. Primeiro estabelecimento salesiano de Minas, nele estudaram personagens importantes de nossa história como o historiador Augusto de Lima Júnior. Conserva ainda, além do brasão de sua portada, algumas relíquias como a primeira imagem de N. Sra. Auxiliadora a entrar em Minas, um grande relógio de sol situado no pátio interno e a primeira serralheria hidráulica do Brasil, construída no início do século XX (tem um funcionamento muito interessante e original, mas hoje infelizmente bastante deteriorada). A principal relíquia abrigada pelo edifício, contudo, é a famosa "Cadeira de Dom Pedro", usada, em ocasiões diferentes, pelos dois Imperadores do Brasil. Esta cadeira setecentista, estilo Dom José, valeu descrição carinhosa feita por Dom Pedro II, de próprio punho, em 1881, por ocasião de sua visita a Cachoeira do Campo.

Descrição

Antes mesmo de adentrar nas dependências do antigo Colégio D. Bosco (atual Centro D. Bosco - Salesianos) vê-se, ainda na estrada que o tangencia, a imponência de suas construções. O observador enfrenta-o primeiramente, por um longo percurso de alameda de palmeiras, que tencionam-se num corredor até o alto de uma colina - uma espécie de platô-tablado onde se ergue paredes mais que centenárias.

Sua frontaria principal é simétrica, caracterizada pela centralidade de uma grande portada que, por sinal e segundo a própria lenda, seria o único exemplo de obra militar atribuída a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. A beleza desta parece amenizar a rigidez construtiva e estética da edificação. Logo no primeiro passo, já no hall do centro, a construção segue-se por uma seqüência de grandes espaços (às vezes vazios e sem usos inteligentes), margeados por uma espécie de *loggia* em arcos rebaixados e sem grandes ornamentações, perspectivando sempre - pela configuração - um meticuloso e bem cuidado jardim central, cuja finalidade é transformar os próprios limites do centro em um micro-ambiente resguardado do exterior mundano. O mesmo jardim e o seu circundar arquitetônico é dado por um paisagismo racional, mas sem rigidez - tendo por muito, pequenas ambiências de onde se esquece do conjunto em que está inserido. Fonte, canteiros, instrumentos científicos e a própria abrangência *vitriosa*, com que diversas peças estão expostas, fazem do todo um seqüencial de pequenos universos a serem percorridos pelos olhos que, pelo excesso de informações, está sujeito a perder muitos detalhes.

Ao percorrer o corredor arqueado, o observador depara-se com diversas salas cujas finalidades se estendem de depósitos e instalações sanitárias até capelas e sacristias - sendo que em muitas dessas salas, outros pequenos ambientes surgem com uma infinidade de objetos e passados amontoados, como que procurassem um espaço digno a serem mostrados.

No pavimento superior situam-se outras dependências - geralmente quartos. E, no único espaço do terceiro pavimento (aquele que coroa a grande

	<p>portada) há, um grande mirante cuja finalidade atual está sempre cambiante. Deixando a edificação mais importante, têm-se à esquerda dependências gerais, o mausoléu e a casa dos vigias. Nas dependências, estendem-se todas as necessidades funcionais do Centro D. Bosco: refeitório cozinha, depósitos, áreas destinadas ao esporte (quadras, piscinas) e ainda, pátio central e áreas reservadas à botânica, jardim e pomar. Além de um grande estacionamento. O mausoléu é uma pequena construção de configuração moderna, da década de 1970 destinada a eternizar a lembrança e os restos mortais das figuras importantes que pelo colégio e o centro, passaram. As casas dos vigias, antigas dependências dos caseiros, são um par de edificações em estilo neocolonial, destinadas à moradia dos mesmos.</p> <p>As outras extensões do centro são, em sua maioria, vastos quadrantes de terra destinados ao plantio e ao cultivo.</p> <p>Direcionando-se à direita, em campos mais baixos, outras construções são encontradas: as dependências agrícolas, a serraria, a Ponte D. Bosco e a antiga casa onde morou Augusto de Lima Junior.</p> <p>As dependências agrícolas são caracterizadas por espaços cujas tipologias remetem ao próprio campo: galpões em madeira, estrebarias, chiqueiros e galpão de máquinas, este último diferenciado pelo uso de tijolo queimado. Destaca-se ainda um pequeno caminho de pedras – provavelmente do século XVIII.</p> <p>A serraria é um belo espaço (atualmente abandonado e com risco estrutural), onde outrora funcionara uma serraria hidráulica (segundo documentação histórica, a primeira do gênero construída em território nacional). Sua construção é em tijolo queimado, sem revestimento, com piso em madeira e forro em telha vã, porão de pedra e espaços arqueados e presença de um mecanismo hidráulico – ainda em possível funcionamento – de onde, através de turbinas e bobinas a água era acionada para o funcionamento do maquinário; este último com poucos exemplos ainda visíveis.</p> <p>A Ponte D. Bosco, como é conhecida é uma interessante construção em pedras da engenharia do século XX. Possui dois arcos plenos por onde passam as águas e, em uma das suas laterais, uma expressiva barragem com vertedor.</p> <p>Ao atravessar a ponte, na perspectiva final de um dos limites do Centro Dom Bosco, encontra-se uma singela construção onde antes morou Augusto de Lima Junior (este, filho de Augusto de Lima, um dos idealizadores e fundadores de Belo Horizonte).</p>
Proteção legal existente	Nenhuma
Proteção legal proposta	Inventário para Proteção Prévia
Estado de conservação	Bom
Análise do estado de conservação	<p>O Centro Dom Bosco – Salesianos encontra-se em sua totalidade em bom estado de conservação. Porém, vale ressaltar a importância de uma conservação e preservação maior na Serraria e Ponte Dom Bosco.</p> <p>Deve-se fazer na Serraria um completo e detalhado estudo histórico, arquitetônico-construtivo para que em seguida tencione-se sua completa restauração e adequação de uso. Quanto a Ponte Dom Bosco, a mesma deve passar por um estudo de conservação e proposta de restauração.</p>
Fatores de degradação	Os principais agentes de degradação são as intempéries, as causas dos térmitas e, no caso da Serraria, o descaso e o completo abandono.
Medidas de conservação	Observando o todo edificado, deve-se manter a boa conservação, visando práticas de melhorias em todos os espaços. Quanto a Ponte Dom Bosco e a Serraria, ambas devem ser alvos de restauração completa.

Intervenções – Responsável/Data	São diversas as intervenções ao longo dos anos: desde o Quartel de Cavalaria, passando por longo período como Colégio e, atualmente, como Centro Dom Bosco. Tratam-se de modificações e melhorias decorrentes do tempo, no entanto vale ressaltar que não há nenhuma intervenção extremamente danosa ao conjunto. Há apenas acréscimos do passar dos anos, caracterizados como expansivos, mas quase nunca sobrepostos.	
Referências Bibliográficas	<p>C:\Documents and Settings\User\Desktop\Inventário 2007 - Bruno Tropa\Distrito de Cachoeira do Campo\Fotografias e outros - CC\CdAlex-06-02-2007\ColegioDomBosco-24-01-2007\DCIM\101MSDCF</p> <p>C:\Documents and Settings\User\Desktop\Inventário 2007 - Bruno Tropa\Distrito de Cachoeira do Campo\Fotografias e outros - CC\CachoeiradoCampo-2007\24-01-2007</p> <p>C:\Documents and Settings\User\Desktop\Inventário 2007 - Bruno Tropa\Distrito de Cachoeira do Campo\Fotografias e outros - CC\CachoeiradoCampo-2007\24-01-2007\Colégio Dom Bosco</p>	
Informações complementares Entrevistas	O Centro Dom Bosco possui vasto acervo de grande valor cultural, e, parte deste merecia um tratamento específico devido ao contexto inserido e a importância histórica para a região.	
Ficha Técnica	Lev. Campo: Alex Fernandes Bohrer, Bruno Tropa Caldas, Elisângela Rodrigues Silva Araújo, Luciana Oliveira Queiroz e Inaiana Barbosa Guerra Elaboração: Bruno Tropa Caldas	Data: 31/01/2007 Data: 19/03/2007